

## Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e sete

Estiveram presentes à reunião: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Sr. André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Antonia Bersi, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sra. Cristina R. Da Silva, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sr. Erindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste e Presidente do Conselho; Dr. José Francisco K. Saraiva, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap.N. Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde Vitorino, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dra. Mary Angela Parpinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante do Departamento Regional de Saúde; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Sr. Reginaldo B. de Paiva, representante do Movimento Sindical; Sr. Renato S. Santos, representante das associações de aposentados; Sr. Ronaldo L. Almeida, representante do Movimento Sindical; Dr. Simão Raskin, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Sra. Soeli A.M. Gava, representante do Movimento Popular de Saúde; Dr. Fábio L. Alves, representante suplente da UNICAMP; Sra. Izabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Dr. Joaquim Simões Neto, representante suplente da PUC Campinas; Sr. Jorge Krassuski, representante suplente das entidades de classe; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Laura S. Camilo, representante suplente dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sr. Ricardo C. Moura, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde; representantes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Sr. Benedito de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Estaduais de Saúde – Sindsaúde; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho. Justificaram ausência: Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sra. Edna F. de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP. Faltaram: Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Dra. Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação das atas das reuniões de 25.10, 22.11, 06.12 (extraordinária) e 13.12.06; 2) Prestação de contas dos Termos Aditivos nºs 06 e 07/2005 ao convênio com a Secretaria de Estado da Saúde; 3) Assembléias Populares de Saúde – proposta; 4) Proposta de projeto de lei que dispõe sobre as competências, composição e organização do Conselho Municipal de Saúde; 5) Informes.

Sr. Zétula iniciou a reunião dando posse, enquanto titulares, aos senhores Sr. Ronaldo L. Almeida, no lugar da Sra. Sônia Maria Maia; Sr. Reginaldo B. de Paiva, no lugar do Sr. Gustavo Moreno Frias, ambos representantes do Movimento Sindical; Dr. Simão Raskin, no lugar da Sra. Solange Ap. De Moraes, representante dos prestadores de serviços não hospitalares. Em seguida colocou as atas das reuniões de 25.10, 22.11, 06.12 (extraordinária) e 13.12.06 em votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. Sr. Ricardo apresentou questão de ordem solicitando formação de comissão de estudos sobre o SAMU, devido a problemas que vem sendo enfrentados por aquele serviço. Sr. Junior recolocou algumas das questões apontadas. Dr. Saraiva lembrou aos conselheiros qual foi a situação encontrada por ocasião de sua posse e ressaltou as providências que vem sendo tomadas para minimizar os problemas. Colocada em votação, a proposta de formação de comissão foi aprovada com 1 abstenção. Foram escolhidos para fazer parte, representando os usuários, os senhores Ricardo, Kurt, Paulo Sérgio, Porsani; os trabalhadores, os senhores Maria Ivonilde e José David; os gestores, os senhores Sílvia Carmona, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria, e José Roberto Hansen, coordenador do SAMU. A comissão terá um prazo de 30 dias para apresentar relatório à Secretaria Executiva para que essa possa pautar o assunto em reunião do Conselho. Passando para a pauta propriamente dita, Sr. Fábio, Diretor do Fundo Municipal de Saúde, apresentou a Prestação de contas dos Termos Aditivos nºs 06 e 07/2005 ao convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva. O TA nº 6 ao convênio celebrado em 29.12.05, no valor de R\$ 40.000,00, era referente a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, destinados à implantação do Módulo do Parque Ozziel; o TA nº 7, também no valor de R\$ 40.000,00, era referente a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, destinados à implantação do Módulo do Jardim Monte Cristo. Esclareceu que a compra de medicamentos é feita para a Secretaria com um todo e não para Unidades isoladas. Explicou também que até que o dinheiro fosse gasto ele foi aplicado, com rendimento de R\$ 4.097,43 cada. Declarou que as notas fiscais encontram-se à disposição para consulta no Fundo Municipal de Saúde. Aberta a palavra aos presentes, manifestaram-se os senhores Paulo Sérgio, Lúcio, Ronaldo, Junior, Renato, apresentando como maior questionamento o infimo montante de recursos destinado ao município. Assim, foi feita proposta de encaminhamento de moção de repúdio, bem como de que a mesma fosse entregue pessoalmente por alguns conselheiros. Dr. Saraiva informou que na semana posterior seria realizada reunião da Diretoria do COSEMS com o Secretário de Estado da Saúde, ocasião em que seria discutido, entre outros assuntos, o pequeno investimento do Estado nos municípios. Lembrou também que, apesar disso, deve ser levado em conta o recurso investido na UNICAMP, no que tange ao atendimento aos usuários de Campinas. Dra. Tânia colocou que foi feito levantamento do montante de medicamentos e materiais destinados aos Módulos Ozziel e Monte Cristo e que, certamente, o município colocou muito mais do que os R\$ 80.000,00 enviados pelo Estado. Sr. Fábio se propôs a fazer um estudo para saber quanto o município de Campinas gasta com saúde, incluindo aí, além dos gastos da Secretaria e da UNICAMP, também os da saúde suplementar, o que deverá determinar a SUS dependência no município. Considerou importante fazer gestões junto ao Conselho Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado para que apresentem a prestação de contas, comprovando o percentual gasto com saúde, lembrando que, pela Emenda Constitucional 29, o mínimo a ser investido é de 12%. Terminados os esclarecimentos a prestação de contas foi colocada em votação, tendo sido aprovada com 1 voto contra e 1 abstenção. A proposta de moção de repúdio também foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, devendo ser entregue por uma comissão de conselheiros ao Secretário de Estado da Saúde, à Assembléia Legislativa e ao Conselho Estadual de Saúde. Sr. Benedito, Presidente do Sindsaúde, colocou aos conselheiros algumas atitudes tomadas pelo Governador José Serra na área da saúde que, a seu ver, devem ter repercussão negativa, como por exemplo o fechamento de algumas DIR e a questão das Organizações Sociais e Organizações Cívicas de Interesse Público. O próximo ponto da pauta era a discussão da proposta de criação das Assembléias Populares de Saúde, apresentada pelo Sr. Junior, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva. Sr. Junior colocou que as assembléias se constituiriam em espaço de diálogo e reflexão, garantindo a participação de todos os usuários do SUS, podendo ser realizadas por Distritos de Saúde, organizadas pelos conselheiros locais, distritais e municipais. Vários dos presentes manifestaram-se favoráveis à proposta, sendo que alguns se posicionaram no sentido de que cada uma das Assembléias fosse convocada com pauta definida, conforme a necessidade da região. Sr. Zétula propôs inclui-las na nova lei do Conselho, o que gerou bastante discussão, tendo se manifestado os senhores Lúcio, Fábio Alves, Ricardo, André, Paulo Sérgio, Kurt, Porsani, argumentando contrariamente por considerarem ser necessário manter a independência deste fórum. Sr. Benedito também reforçou a independência das assembléias, sugerindo a montagem de um grupo de trabalho para elaborar proposta de organização e funcionamento, remetendo a discussão sobre a inclusão ou não na lei para a próxima Conferência Municipal de Saúde. Colocada em votação, a criação de Assembléias Populares de Saúde foi aprovada com 4 abstenções. Compôs o Grupo de Trabalho os senhores Junior, André, Fábio, David. O próximo ponto da pauta era a discussão da proposta de alteração da lei do Conselho Municipal de Saúde, conforme documento encaminhado aos conselheiros anteriormente. Sr. Zétula lembrou que a necessidade de alteração da lei surgiu no ano anterior, por ocasião da eleição do Presidente do Conselho, quando se detectou a omissão do texto legal em alguns aspectos. Sendo assim, os conselheiros deliberaram pela criação de uma comissão que tinha como objetivo elaborar uma proposta, comissão essa que contou com a participação dos senhores David, Ivonilde, Sílvia, Yara, Zétula, Xavier, Ricardo, Renato, Pedro Humberto e José Carlos Silva. Explicou como se deu o trabalho da comissão, que se baseou na Resolução nº 333 do Conselho Nacional de Saúde e no Decreto Federal nº, que dispõe a composição e competências do Conselho Nacional de Saúde. Como forma de encaminhamento propôs que fosse feita a leitura da proposta e aqueles que tivessem algum questionamento, dúvida ou proposta de alteração solicitariam destaque; ao final os destaques seriam debatidos um a um. Colocou a preocupação da comissão com os prazos legais, pois o mandato dos conselheiros, pela lei em vigor, se encerraria em fevereiro, sendo esse um outro aspecto a ser discutido pelos conselheiros: realizar a eleição com base na lei em vigor ou prorrogar o mandato até que a nova lei fosse promulgada. Sr. Paulo Sérgio apresentou como questão de ordem a dificuldade de fazer a discussão naquele momento dado o adiantado da hora, solicitando que fosse marcada reunião específica para discussão do assunto, além de questionar se o texto havia sido examinado por técnico a fim de não haver o risco de se ter que discutir novamente algum ponto que porventura pudesse ser inconstitucional. Sr. Zétula esclareceu que houve essa preocupação por parte dos membros da comissão. Sr. Ronaldo apresentou questão de ordem no sentido de que a discussão da nova proposta fosse remetida ao novo Conselho, o que não foi acatado pela Mesa, uma vez que já havia deliberação anterior de que esses conselheiros fariam a discussão da proposta de alteração da lei. Sra. Sílvia reforçou as colocações do Sr. Zétula de que a comissão trabalhou buscando a adequação da lei à Resolução nº 333 e ao Decreto Federal nº, optando por fazer um texto enxuto, sem as questões regimentais, remetendo esses pontos a um Regimento Interno, a ser elaborado e em seguida discutido e aprovado pelos conselheiros, com a finalidade de dar mais agilidade ao Conselho. Com relação ao mandato dos conselheiros, esclareceu que convervou por telefone com a Sra. Eliane Cruz, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde, solicitando orientação para a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros, caso assim fosse deliberado. Sra. Eliane orientou que fosse publicada Resolução do Conselho, corroborada por Portaria do Secretário de Saúde, prorrogando o mandato até a posse dos novos conselheiros, o que se dará após a promulgação da lei. Sr. Ricardo propôs como encaminhamento a prorrogação do mandato por no máximo 6 meses. Sr. André também propôs que a discussão não fosse realizada naquele momento e que os conselheiros que tivessem propostas de alteração do texto as encaminhassem à comissão para que fossem trabalhadas e apresentadas em reunião extraordinária para discussão e deliberação. Colocada em votação a questão de ordem do Sr. Paulo Sérgio, foi aprovada a realização de reunião extraordinária que, após algumas sugestões de data, ficou marcada para o dia 31 de janeiro, em local a ser confirmado. Em seguida, passou-se a seção de informes. Sr. Junior informou a realização de algumas reuniões, quais sejam: 25.01, Conselho Distrital Norte; 03.02, Comissão de Usuários do Hospital da PUC; 13.02, Conselho Distrital Leste. Sr. Paulo Sérgio informou a realização, nos dias 27 e 28.02, de atividades referentes ao combate às LER/DORT. Sr. Lúcio informou sobre realização, pelo Movimento Popular de Saúde, de debate, no final do ano, sobre a rede municipal, cujo relatório foi entregue ao Secretário de Saúde. Sr. Eduardo, do Conselho Distrital Leste, solicitou resposta a algumas solicitações daquele Conselho protocoladas na Secretaria de Saúde. Sra. Sílvia Carmona informou sobre realização de processo seletivo para contratação de 230 médicos, tanto para a rede básica como para urgência/emergência. Sra. Sílvia informou sobre realização, no dia 01.02, de encontro promovido pelo Serviço de Assistência e Internação Domiciliar, para discussão da importância da criação de um Conselho Local de Saúde para esses serviços. Em nome da Secretaria de Saúde convidou os presentes para o lançamento da nova Cademeta de Saúde da Criança e apresentação das novas diretrizes do Ministério da Saúde para a área, a ser realizado no dia 05.02. Sr. Renato perguntou ao Secretário se era de seu conhecimento o respondendo ao Sr. Renato, Dr. Saraiva informou não ter conhecimento de que um dos equipamentos do Instituto Penido Burnier estava quebrado há 5 meses, mas que o assunto seria encaminhado à Dra. Cecília Piovesan para providências. Respondendo também ao Sr. Eduardo, informou que as solicitações do Conselho Distrital Leste haviam sido encaminhadas à Dra. Tânia para providências. Com relação à solicitação do Sr. Ricardo de que constasse em ata que o Sr. Junior havia mencionado a necessidade de criação de Conselho Local de Saúde no SAMU, Sr. Zétula esclareceu que essa deliberação já havia sido tomada pelo Conselho há cerca de 2 ou 3 anos. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

